

- 4 NOV 1987

QUARTA-FEIRA — 4 DE NOVEMBRO DE 1987

~~OS INFELIZES 9 MINUTOS~~

(ANCL) P-3

KNC Y

Notas e informações

ESTADO DE SÃO PAULO

Os infelizes 9 minutos

Ao defender o sistema parlamentarista de governo em discurso de apenas nove minutos — aplaudido de pé pela maioria da Comissão de Sistematização —, o senador Afonso Arinos usou, entre outros, o argumento de que o parlamentarismo impede os golpes militares. Foi o bastante para que o general Leônidas Pires Gonçalves, antes de embarcar para a Grã-Bretanha, dissesse com todas as palavras que, não sendo a favor disso ou daquilo (pois respeita a decisão da Constituinte), julgava que a decisão da Comissão de Sistematização seria rejeitada pelo plenário da Constituinte.

Dizer que o parlamentarismo impede golpes de Estado militares é tão sem sentido quanto afirmar que o presidencialismo os fomenta. O representante do Rio de Janeiro no Senado Federal deveria ter presente que o Império brasileiro se regou pelo sistema parlamentarista (ainda que se discuta sobre a pureza dele) e nem por isso deixou de ser derrubado pelo Exército e pelos republicanos civis. Por sua vez, a Quarta República francesa, que praticava parlamentarismo dos mais puros, não resistiu ao empuxo dos generais sublevados na Argélia. Do outro lado do Atlântico, ao contrário, apesar dos esforços de alguns literatos para criar *suspense* em torno do golpe de Estado patrocinado pelo "complexo industrial militar", o presidencialismo norte-americano comemorou este ano 200 anos de perfeita estabilidade — apenas abalada pela Guerra Civil, que em sua origem nada teve que ver com essas sutilezas entre parlamentarismo e presidencialismo. O senador Afonso Arinos, reduzindo a relação sistema de governo-golpe de Estado a uma equação das mais simples, para não dizer simplista, não fez jus à fama que acumulou ao longo de sua vida pública. Flor, deu azo

a que o general Leônidas qualificasse seu argumento de "surrado", e que se lembrasse, em veículos de comunicação, que pertenceu à UDN *golpista*. São, convenhamos, azares de quem sai à rua sem antes ver se está chovendo e se tem guarda-chuva.

Teria sido melhor que o senador Afonso Arinos defendesse o parlamentarismo com os argumentos sérios que podem ser expostos em favor da causa — que sem dúvida é nobre se se deseja, com a implantação do novo sistema de governo, melhorar as condições de funcionamento da máquina administrativa e permitir a adequação da "constituição real" à "constituição escrita". Se em nove minutos se usa o espantinho do golpe de Estado militar, para conseguir a aprovação do parlamentarismo, é porque se tem prevenção contra as Forças Armadas e se quer evitar a intervenção dos militares na vida política. Ao lamentar esse fato, o general Leônidas está coberto de razão; afinal, quem criou a crise em que o País está engolfado foram os civis (afora alguns militares, que o ministro desafiou para o supremo teste), dividindo-se as responsabilidades de maneira quase igual entre Executivo e Legislativo.

Isso era verdade até o ministro viajar para o Reino Unido; a partir de sábado último, as coisas podem ter-se alterado, pois s. exa. fez questão de dizer que os golpes de Estado, na história do Brasil, não decorreram do sistema de governo, mas da "incompetência daqueles que estavam na direção dos governos, quer políticos, quer administradores". Da mesma maneira que a tese do senador Afonso Arinos, a defendida pelo general Leônidas é simplista. Simplismo por simplismo, poder-se-ia perguntar, parodiando a célebre frase de Stalin a

propósito da força do papado: quantas divisões comanda o senador, e quantas comanda o ministro Leônidas?

Na verdade, o ministro do Exército falou não para a imprensa; falou aos jornalistas diante de um mar de quepes, tamanho o número de oficiais que foi recebê-lo no Rio de Janeiro, secundando seus camaradas de armas que acorreram ao bota-fora em Brasília. Desde os tempos do marechal Lott ou do marechal Costa e Silva às vésperas do lançamento de suas candidaturas não se viam tantos oficiais publicamente solidários com o ministro. Nos dois exemplos históricos que citamos, as manifestações espontâneas de apoio ao general em comando indicaram com toda a clareza que a situação era tensa. Ela é tensa hoje, e apenas os que imitam o avestruz se negam a vê-la como tal. Porque encaramos a realidade, é que vimos insistindo que de nada adianta a discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo — exceto para permitir o confronto de dois raciocínios simplistas. O fundamental, reiteramos, é que a classe política (Executivo e Legislativo) se capacite de que os problemas brasileiros não podem ser tratados como vêm sendo; que a crise econômico-financeira deve ser encarada com seriedade; que exista disposição de exercer autoridade por parte dos que têm a função de decidir; que não é fechando o mercado aos competentes que se realizará o progresso do País.

A demonstração de força dada pelo general Leônidas Pires Gonçalves é a prova de que a questão não é presidencialismo ou parlamentarismo, mas *autoridade*. Enquanto em Brasília não se equacionar o problema brasileiro levando em conta esse fator, qualquer outra solução que se pretender dar à crise será destinada ao malogro.